

pelo Senhor Gomaro Guatáno Dalle Piana da Silva, o Senhor Presidente, Senador Olívio do Recho Olíndes, surpreendeu a presente Sessão por quinze minutos. Quinze minutos os trabalhos, o Senhor Presidente Senador Olívio do Recho Olíndes, voltou ao Senhor Gomaro Guatáno Dalle Piana a chamado regimental para a constituição de "Quorum". Além disso responderam a chamado nominal os seguintes Senadores: Alfredo Louy da Costa Barreto, Luiz Gonzaga de Oliveira Pinto, Milton Roberto Lúcio da Gaudê e Orlando da Silva Ermida. Não havendo numero regimental, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para concluir, mandou que se levantasse a presente Sessão que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, seria assinada para que produza seus efeitos legais.

*J.M.  
Tiradentes.*

**Vila da Vigésima Quinta Ordinária  
do Poder Legislativo do Cí-  
mara Municipal de Rio Claro, real-  
izada no dia 11 de maio de (1993) mil  
novecentos e noventa e três.**

**V**inte e dezenove horas do dia 11 de maio de (1993) mil novecen-  
tos e noventa e três, sob a Presidência do Senador Olívio do Recho Olíndes, com  
o auxílio do Senador Guatáno pelo Senador Dalle Piana da Silva, reuniu-se Núcleo  
nominado à Câmara Municipal de Rio Claro S.E.O. Além disso, responderam a chamado no  
minal os seguintes Senadores: Alcides Pinto da Costa, Antônio Henrique de Carvalho, Alcides  
do Louy da Costa Barreto, Antônio Carlos de Carvalho Brundack, Antônio Carlos Piana da  
Silva, Carlos Roberto Soergura dos Santos, Edwards Corrêa Kita, José Oscar Chaz, Luizim  
Schmidt, Luiz Antônio de Oliveira Pinto, Milton Roberto Lúcio da Gaudê, Orlando da Silva  
Piana e Silviano Rodrigues Pinto. Havia numero regimental, o Senhor Presidente de-  
clarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas  
as Atas da Sétima Sessão e Decima Nona das Reuniões Ordinárias do Poder Legisla-  
tório. Após cumprimento do voto regimental, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor

*[Signature]*

Peço encaminhar a leitura do Expediente que constou do seguinte: Projeto de Lei nº 020/93 de autoria do Vereador Antônio Carlos Pereira da Cunha, assunto: Denomina "Largo da Guibó", a Rua Pública localizada no 3º Distrito de Cabo Frio, com inicio na Estrada Bento Guibó Manta e término na Praia de Guibó; Projeto de Lei nº 021/93 de autoria de Vereador Joaquim Schwindt, assunto: Denomina Antônio Nicasio Oliveira Filho o Rio Projatado P-5 localizado no Jardim Esperança; Amendado Substitutivo nº 014/93, de autoria do Vereador Milton Roberto Pereira de Souza, assunto: Dispõe sobre Emenda Substitutiva ao Projeto de lei nº 014/93 oriunda da emenda nº 008/93, Requerimento nº 070/93, de autoria do Vereador Joaquim Schwindt, assunto: Solicta à Diretoria de Banco do Brasil S/A, implantação de Posto Avançado da Instituição no Bairro Jardim Esperança; Requerimento nº 071/93, de autoria do Vereador Louiz Antônio de Melo Elias, assunto: Dispõe sobre outorga de Ofício de Obras na Chafariz BM Getúlio Vargas, Comendante do 2º Sub-Grupamento de Socorro do 9º GI, Cabo Frio, por relevantes serviços prestados à Comunidade da Região dos Lagos; Requerimento nº 072/93, de autoria do Vereador José Oscar Elias, assunto: Dispõe sobre outorga de Ofício de Obras à OAB - 20º Subseção sediada em Cabo Frio, Presidida pelo Adv. José Antônio Ferreira da Costa; Requerimento nº 073/93 de autoria do Vereador Milton Roberto Pereira de Souza, assunto: Solicta à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a implantação de um Ofício Postal no Bairro de São Gervásio; Requerimento nº 074/93, de autoria do Vereador Virgílio Lira da Silva, assunto: Requer Ofício de Obras na Rua Manoel Antônio Ferreira por sua inclusão à Presidência da Associação de Moradores do Setoramento Caminho de Bixigas; Requerimento nº 075/93, de autoria do Vereador Louiz Antônio de Melo Elias, assunto: Requer Ofício de Obras nos Sen. Getúlio Eduardo, 53 41663-Paradeiro, SD 46269 - Bixiga e SD 46269, lotados no 25º Batalhão da Polícia Militar de Cabo Frio; Requerimento nº 076/93, de autoria do Vereador Adalton Pinto de Andrade e outros, assunto: Requerem a criação de Comissão Especial, objetivando viabilizar junto ao Poder Executivo Municipal, soluções que permitam o funcionamento da Secretaria Distrital em Cabo Frio. Indicação nº 140/93, de autoria do Vereador Antônio Carlos Pereira da Cunha, assunto: Solicta ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal a criação e Implantação em Bixiga, 3º Distrito, de uma delegacia da Secretaria de Promotoria Social. Indicação nº 141/93 de autoria do Vereador Antônio Carlos Pereira da Cunha, assunto: Solicta ao Exmo. Senhor

Prefeito cobra municipal o Restabelecimento da Rua do Brinco para Beira Rio Guaíba, Indicação nº 143/93, de autoria do Vereador cônjugue Roberto Ferreira de Souza, assunto: Solutu ao Exmo Senhor Prefeito cônjugue, substituição da Iluminação Pública do Bairro Jardim Parcana pelo Iluminado Padrão; Indicação nº 144/93, de autoria do Vereador Milton Roberto Ferreira de Souza, assunto: Solutu ao Exmo Senhor Prefeito municipal que junto a CERS, providencie a Substituição da Iluminação Pública pela Iluminação padrão, no Bairro de São Cristóvão; Indicação nº 145/93, de autoria do Vereador Ivan Louiz de Araújo, assunto: Solutu ao Exmo Senhor Prefeito cônjugue Reforma no Pavilhão de Esportes da Praça da Bandeira no Bairro Passagem; Indicação nº 146/93, de autoria do Vereador Dirceu Ferreira do Silve, assunto: Solutu ao Exmo Senhor Prefeito cônjugue, autorização para Instalação de Creche Comunitária no Prédio construído pelo PROCF no Bairro Capivari - 3º Distrito, Indicação nº 147/93, de autoria do Vereador Silve Bezerra de Figueiredo, assunto: Solutu ao Exmo Senhor Prefeito cônjugue a Desprivatização de trecho localizado das margens da Rua da Araruama, entre o final da Rua da Encarnação (Rua Melvin Jones) e a Rua Constantino cônjugue, no Bairro Passagem; Indicação nº 148/93, de autoria do Vereador Gilz Rodrigues Bento, assunto: Solutu ao Exmo Senhor Prefeito cônjugue, implantação de Sistema de Iluminação Pública no Bairro Jardim Zé, 1º Distrito de Cabe Frio. Eliminada a leitura do Corpo de Fato, o Senhor Presidente trouxe a Tribuna aos Vereadores inserindo em tópico próprio. Como primeiro orador inserido, ouviu a Tribuna o Vereador Gilz Rodrigues Bento, comandando inicialemente sobre os primeiros casos de "pedra" no cônjugue, acrescentando que anteriormente já havia sido aprovado pela Casa, Indicação de sua autoria fazendo questionamentos ao Corpo de Fato e sugerindo medidas. Logo, seguindo, fez a leitura de ofício do Senhor Prefeito, quando em determinado trecho a autoridade cônjugue disse textualmente: "Piso informa lo que a Secretaria cônjugue de Saude já dispõe de planos específicos de combate a disseminação do leproso, não havendo portanto motivos para exteriar a população em banho, como parece o desejo do ilustre Edil". Adianta disse o orador que apesar estiver intensificando em alertar o Corpo de Fato quanto ao mal que já se aproximava de Cabe Frio, e que, através de inúmeros pronunciamento mostrava que fazia política com seriedade. Dando curso a sua fala, denunciou quem seria seu mentor, na Rua, um menino de nome Thiago que era mal e que havia uma ambulância para socorrer-lo, sendo necessário que um

dos membros da Comunidade, o Senhor Walmir providenciou o transporte da criança para Poco Frio. Pinda sobre a denúncia, disse que o menino via a falcer por estar contaminado pelo vírus do "colírio", e assim, a infecção em Poco Frio era preocupante, reencontrando o impenho do Senhor Secretário Municipal de Saúde, mas tra importante que as áreas periféricas do Município fossem equipadas com ambulâncias, pois em alguns casos a demora no atendimento era fatal. Minha opinião ao Senhor Presidente que se empenhou junto ao Projeto no sentido de que uma ambulância fosse colocado a disposição do povo da Praia. Quanto ao IPTU e a anistia, disse que apesar da Emenda do Vereador Eduardo Peró Kita, por entender que a inclusão dos anos de 1988, 1989 e 1990 beneficiava os menos favorecidos havendo assim, emprego simbólico real na matrícula. Em aparte, o Vereador Milton Roberto Góesca de Souza, disse que quando de sua visita à Câmara, na semana anterior, o Prefeito afirmara que era sua intenção estender a anistia do IPTU ao ano de 1988, mas entendia que cinco anos seria um volume muito grande de dinheiro para o contribuinte e assim, a Administração Municipal em prazo de seis a oito meses enviado Projeto de Lei à Praia, solicitando autorização para conceder anistia aos anos de 89 e 90 e, em prazo de quatorze meses aproximadamente, ou defesos, solicitaria anistia para o ano de 1988. A seguir, em aparte, o Vereador Carlos Roberto Doguera dos Santos, disse que realmente a Secretaria Municipal de Saúde estava preparada para impedir a disseminação do "fôlego", pois a entrada do "víbrio" ocorreu na região já estava previsto desde 1988. Disse que em 1989, enviara ao governo de Deputados Federais, chamando a atenção para o fato de que a praia de Aracruzma seria um dos caminhos para a disseminação do malária e, na época pediu que se aloassem curvas para o saneamento da Praia Fria. Minha, que infelizmente o "víbrio colíneo" chegara naquela altura em Poco Frio, tudo possivelmente de contaminação, durante a Síndrome Santa, e, que haviam sido detectados três casos em locais bem distantes. Com relação ao Poco Frio ministro Thiago, no Recife, disse que o óbito ocorreu por "pneumonia" dupla, e, que a criança havia um episódio de diarréia e que foi feito um exame comprovando-se ser o menor portador do "víbrio colíneo". Sobre isso, ainda o Vereador do PSD, que a questão de menor ser portador, não significava que havesse morrido ele sózinho, pois, evidentemente havia vários portadores, que

ditando-se ainda nos mesmos bens haver que arastarem portadores do vírus do Síndrome de  
 SARS-COV-2 há pelo menos vinte anos no Brasil. Falou ainda, que qualquer pessoa ao fazer  
 um exame podia vir constatada a presença do vírus, embora a pessoa estivesse  
 em Saúde, que não tinha a doença mas, podendo ser disseminadora. Disse que  
 a Secretaria Municipal de Saúde estava monitorando os casos de covid-19, tam-  
 bém fazendo "medidas" junto as autoridades de saúde, com a parceria da FEFMA em  
 ação conjunta com o município. Sobre a questão da anistia, o Vereador Carlos  
 Roberto Nogueira dos Santos disse que o assunto era delicado, e assim, era nece-  
 ssário a autorização legislativa, e, por consequência também, o Prefeito não  
 podiam aumentar prazo de anistia até mesmo por decreto legal e corrente.  
 Disse que entendia a intenção do Vereador Eduardo Ponta Vista, mas, a Sen-  
 da era Inconstitucional, o que era corroborado pelo IBAM, embora o caráter se-  
 cial da medida. Encerrando, o Vereador Silas Andrade disse que Bento, disse que enten-  
 dia e difere do Projeto do Governo, mas entendia ser bem sentido o Projeto  
 conceder anistia para 91, 92, deixando em segundo plano os anos anteriores.  
 Disse que embora acatando os argumentos dos Vereadores quanto as intenções  
 do Projeto, disse não acreditar e agradecendo a oportunidade, encerrou seu di-  
 curso. A seguir, ouviu a Tribuna o Vereador Milando da Silva Ferreira, abordando  
 imediatamente o que considerava notícias alarmantes quanto ao letal em São José  
 e na Região das Boqueiras, divulgadas pelo Sistema Brasileiro de Informação (SBI) que  
 mundo que o número vinha vindo acompanhada pela Secretaria Municipal de Sa-  
 úde, cuja abertura no caso, já menciona em parte no discurso do Vereador Silas Pe-  
 driguez Bento, através do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, amplas ex-  
 planações. Disse que naquele dia Silvano e Bento fizeram e, podendo constatar  
 a alegria daquela comunidade quando a Infraestrutura iniciou obras de manutenção  
 municipal e enselhamento das ruas daquela Praia, com o magistério recente  
 manteve adquirido pelo Município. Disse que as obras realizadas no final, em  
 virtude de uma Administração que aplicava corretamente os recursos do Município, ha-  
 biendo as estradas repavimentado pelo Prefeito quando da aquisição dos equipamentos.  
 Falou a seguir, da recuperação da estrada que demandava a São Francisco, havendo  
 realizado com o novo, equipamento, e assim, o fluxo de veículos fluiu nor-  
 malmente por aquela via agora totalmente recuperada. Falou também do mu-  
 hão em Campos Novos e também no Bairro Braga, e, que o Prefeito fez a  
 infância levava os benefícios de sua administração a todo o Município, com

*JM*

a prioridade inicial para os ônibus mais carregados. O rego, disse que os Senadores que encabeavam a compra de equipamentos, como caminhões, ônibus e máquinas de terraplenagem iriam reconsertizar de que o investimento fosse valido tanto pela economia na utilização dos ônibus quanto aos ganhos na área social valorizando o bairro, e assim encerrou seu discurso.

O rego, ouviu a Tribuna o Senador José Bonifácio à Câmara, na semana anterior. Disse de sua confiança na Administração municipal, quando as oliveteiras haviam sido colhidas de maneira bem clara durante o discurso do prefeito e após quem de fato rebatizado pelo Senador Almirante. O rego, disse que o Prefeito era um homem bem intencionado, que estava no caminho certo e que iria obter êxito em seu mandato, dirigindo apelo a Província para que viessemos esforços para que o Projeto retornasse ao Legislativo, pois a entrevista e esclarecimentos haviam sido altamente positivos. O rego, teve comentários sobre abertura de Aplicações de seu autor, a ser apresentada naquela Reunião, dirigida a 80º Sub Seção em Cabo Frio por sua diretora, pela instalação no círculo de Fazenda de Conciliação do Trabalho e também pela criação da Fazenda Superior da Procuradoria, procedendo a leitura de intuito feito da proposta. Adianto, abordou a questão do DETRAN, quando o cidadão para tirar carteira de habilitação era obrigado a procurar o órgão no Município de Gravatá, não admitindo que um Município do porte de Cabo Frio tivesse tal submissão, ali mesmo fará um simples exame ali visto. Disse que era hora dos Deputados que haviam feito votos em Cabo Frio buscaram uma solução para uma situação que considerava muito desagradável. Disse ter chegado a hora de Cabo Frio pleitear a instalação do DETRAN, de forma que todo o atendimento pudesse ser centralizado no Município. Comunicou que em próxima Reunião daria entrada em documento solicitando a autoridade competente para que fosse providenciada Banco examinadora para Cabo Frio, e que era chegado a hora de se dar um basta a submissão a outro Município, lembrando a época em que o mesmo ocorria com a CERS - Cedae, tendo a seguir encerrado sua fala. O rego, ouviu a Tribuna o Senador Aires Bezerra de Britto, parabenizando igualmente os moradores do Bairro falcão, "por pelo menos haver ganho do Projeto ônibus para suas quintas". (sic). Adianto, disse que havia reabilitado o prefeito para compra dos caminhões, parabenizou o inteligência de quem possibilizava compra, por contatos realizados e também, parabenizava a firma que

vender os equipamentos por ter sido o grande beneficiado. Disse que o investimento em máquinas e equipamentos causou grande prejuízo ao município, pela evasão de dinheiro no valor de um milhão de dólares, ou, quarenta bilhões de reais. Disse que o morador do Farol aplaudiu a chegada do chefe, pouco importando se as máquinas foram da Prefeitura ou alugadas. Disse que se os caminhões forem alugados o dinheiro irá estar circulando no município, como a Prefeitura fizera com os móveis escolares, prezando o Empresariado de Cabo Frio. Adianto, disse que com a determinação do Prefeito em fabricar no município as carteiras escolares, ainda conseguira beneficiar seus amigos que tinham carpintarias prósperas ligadas ao governo, o que fora elito pelo Prefeito. Sobre o ato do Prefeito no Projeto de anexo encaminhado ao Poder e aprovado com Comenda do Delegado Eduardo Corrêa Ribeiro, disse que segundo a Menagem, o Projeto foi elaborado visando diminuir as dificuldades dos contribuintes e, a Câmara tinha o problema também pelo lado rural, incluindo pela Comenda, os anos de 88, 89 e 90. Disse que talvez por vontade, o Prefeito não aceitara a Comenda da Assembleia, em vez de vetar só a Comenda, vitara todo o Projeto o que era uma insinceridade, pois o Projeto original era do Executivo. Quanto à Indicação do Delegado Silas Rodrigues sobre a célebre, disse que lamentavelmente a resposta enviada à Câmara fura grosseria, uma ignorância do Executivo que distinjava maiores comentários para uma Câmara que tentava apoiar o Projeto. Sobre o pagamento a sua filha, disse que a Páscoa havia honrado com a visita de Prefeito e, enquanto a surpresa da visita, algumas perguntas derreteram de surpresa. Falou a seguir, das dificuldades da Câmara para finalizar as contas da Prefeitura, quando o Prefeito não enviava os Balanços e dava tempo de cumprir prazos da lei orgânica. Encerrou, registrando que o Projeto dizia que compraria os equipamentos rodoviários com o dinheiro das "royalties", o que considerava impraticável, pois o montante dos investimentos atingiria quarenta bilhões de reais e a Prefeitura no atual governo recebera doze bilhões da Petrobrás. Adianto, disse até pensar que "dentro do Anjo tinha escroto" (sic), e assim, as dificuldades da Câmara eram latentes. Falou a seguir, da extinção do INAMPS, e, disse não saber como se ha administrado o dinheiro que seria transferido para a Prefeitura, citando as "ATMs" (Autorização para Intervenção Hospitalar) falar em que localizavam as fraudes da Província Social, e assim indagava qual a administração que seria implantada, para em termos de Saúde o município ia mal. Quanto

O mês de Setembro a Câmara considerou-a razoável, boa para o povo e para o Legislativo, pois assim os esclarecimentos seriam prestados, mas, que avessa com antecedência. Registrou a seguir, sua preocupação com a menor burocratizar com o dinheiro que tinha direito para o Município, ponderando que não estava encarando o Prefeito, mas, chamando a atenção para os equívocos cometidos, encerrando a seguir sua fala. Não havendo mais crôndes inseridas para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos no segmento dedicado à Vaidade do Dia. Neste etapa foram aprovadas as seguintes matérias: Aprovado Parecer favorável da Comissão de Finanças, Orçamento e Administração e Encaminhado a Comissão de fiscalização Final o Projeto de Lei nº 041/93 - Abinagem Executiva nº 033/93. Aprovado Parecer favorável da Comissão de Finanças, Orçamento e Financeiro no Projeto de Lei nº 014/93 - Abinagem Executiva nº 008/93, retornando o referido Projeto a Comissão de Constituição e Justiça juntamente com a Comenda Substitutiva nº 014/93. Aprovado Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no Projeto de Abreviação nº 008/93 de autoria da secessa Vice-líder da Câmara Municipal de São João. Encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça Projeto de Lei nº 020/93, Projeto de Lei nº 021/93 e Comenda Substitutiva nº 014/93. Aprovado Requerimento nº 070/93, Requerimento nº 071/93, Requerimento nº 072/93, Requerimento nº 073/93, Requerimento nº 074/93, Requerimento nº 075/93, Requerimento nº 076/93. Aprovada Indicação nº 125/93, Indicação nº 140/93, Indicação nº 141/93, Indicação nº 142/93, Indicação nº 143/93, Indicação nº 144/93, Indicação nº 145/93 e Indicação nº 147/93. Não havendo mais matérias para serem aprovadas neste segmento, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado a Explicação Físical aos Vereadores que questionaram o uso da Tribuna. Depois a Tribuna em Explicação Físical, o Vereador Amaro Pontes Sáuro da Linha, falando igualmente que as questões envolvendo a Administração Municipal estavam sendo colocadas de forma equivocada por alguns Vereadores. Encerrando, disse que um dos Vereadores, ao usar a Tribuna chegara a dizer que não havia tempo de se preparar para questionar o Senhor Prefeito quando de sua visita a Câmara, quando no final das contas todos tinham com uma semana de antecedência da visita do Executivo. Adiantou, diz que as assinaturas do referido Vereador, estavam baseadas em fórmulas típicas sem nenhum conteúdo básico ou moral. Não é acelerar a expressão

Aba

"neste ango tem eucio", do Vereador, fazendo que "o povo esteve aqui" (sic), e, que o Vereador não abham parcer não queria. Disse que o Prefeito estava na tribuna a disposição de todos os Senhores Vereadores, afirmando que os que não haviam questionado o Prefeito, por certo, não haviam tido dignidade ou coragem para perguntar. E assim, disse que não permanecia por mais tempo na tribuna que contava com o princípio da Executiva porque havia problemas de ordem que em sua opinião deviam ser resolvidos. Em questão de Ordem, o Vereador Dário Barro de Figueiredo disse que o orador estava em Explicação Pessoal, e, estava se reportando a sua pessoa, embora não citando o seu nome, mas, estava gravando que havia dito algumas palavras, e assim, solicitava a Presidência que o Regimento Interno fosse escalado pelo orador. Respondendo a questão de Ordem, disse senhor Presidente que nenhuma o Regimento Interno ordena que em Explicação Pessoal fique citado nome de Vereador, mas, que o Vereador Antônio Carlos Perura da Costa não citara nomes, e assim, indicaria a Questão de Ordem, solicitando ao orador que desse seguimento ao seu discurso. Proseguindo, o Vereador Antônio Carlos Perura da Costa disse que o Vereador não havia tempo de que havia de estudar o Regimento Interno, pelo no pouco tempo em que estava na tribuna sabia, que em Explicação Pessoal não podia citar nomes de Vereadores. Agora disse ao Vereador que pediu uma ambulância para o Poco, esperando que já houvesse a solvatação pessoalmente do Prefeito, e também para Santo Antônio. Com referência ao Coro Folia, disse que pediu ao Prefeito a realização de um Posto de Saúde, e agradecendo, encerrou seu discurso. Aí segue, cupom aprovado em Explicação Pessoal, o Vereador Dário Antônio de Melo Soárez, para agradecer ao Senhor Prefeito Municipal e, ao Declarário Municipal de Olaria, eleito durante a Sessão Solene, Omar Samprai da Silva, pelos trabalhos de zanamento, manutenção de ruas, malijados no Bairro Jucurú, como já havia sido elencado por outros Vereadores naquela Quedada. Disse a seguir, que latões por descarteamento de Vereadores, não havia sido elado que tais coisas no Bairro foram haviam sido solicitadas pelo Vereador Domingos Antônio de Melo Soárez, há cerca de três meses. Disse adianto, que vinha zelando instintivamente ao Senhor Prefeito que fizesse obras de zanamento, quando veio a Indicação de sua autorização aprovada no Poco, faziam referência as necessidades do Bairro, carentes como o é, falando de sua conveniência em aquela localidade. Proseguindo, disse que no último quarto Jure, dia vinte de maio, o Alentejo Omar Samprai havia li-

ndo comunicando-lhe que havia cinco caminhões, uma pá-mecânica, uma patel e uma retro-escavadeira para o fucare, e posteriormente, acompanhando também a comemoração dos trabalhos no sábado, a partir das sete e trinta e meia e se懂得endo ali as quatro e meia da tarde. Disse que fermeira era no fucare durante todo o realização dos trabalhos, no "sol a pino", junto com o Secretário, encarregando na, registrando que o Prefeito fez a doação de "varro" para as residências que necessitavam de aterramento. Disse adiante, que os morros não haviam sido totalmente pacificados, porque o Poder Fazendário ergueu um volume muito grande de obras, tendo o Prefeito comunicado que os trabalhos continuaram. Sobre a seguir, que talvez a notícia não fosse do agrado de alguns edilegos, mas, tinha que agradecer ao desempenho do Senhor Prefeito Municipal, e, ao Secretário Demar Gambatto por haver atendido suas solicitações. Em relação ao "Encontro de Acordo Comum das Fazendas da Região dos Lagos", realizado no último dia cinco de maio, disse que havia sido abordado os temas sobre a Sobrevivência da Região da Granama, e o problema do Transporte Público. Disse a seguir, que havia amplamente debatido, a maldade do Cartel monopolizador na Região, o que havia dito pelo Prefeito de Granama, que Valadaires é, também pelo Prefeito Nairi Outra de Brant do Rio, falando ainda, que tinha as filas gravadas de seus desempenhos. Concluindo, disse que segundo afirmara o Prefeito Flávio Valadaires, não era tão difícil vir estabelecer uma tarifa de transporte edilício e uma planilha de custo, segundo o Prefeito de Granama era feita da seguinte maneira: "Combustível dez ponto dez reais, óleo lubrificante zero ponto noventa e dois, pneus seis ponto três, manutenção onze ponto vinte e quatro, administrativo dos pontos noventa e quatro, despesas do custo quinze ponto cinqüenta e alto, remuneração da Empreesa dez ponto trinta e cinco, mais os obra (funcionários) houve e sete ponto cinqüenta, e direitos sociais três ponto vinte e sete". Por isso, segundo, elas o orador entende não ser difícil se calcular a uma tarifa adequada o preço de ônibus fuso, no que agradeceu e encerrou seu falar. A seguir, ouviu-se a Tribuna o Sindicado Alfrido Rovay da Rocha Barreto, falando inicialmente que uma comissão formada por trabalhadores nascia, Sindicato e alguns representantes do Fazendário, e buscou com o Prefeito Municipal, e, no finalmente, uma série de denúncias haviam sido relatadas, quanto a violência, abuso de autoridade, questões relativas ao conflito de terra, questões de produção na área.

rural do obnício. Disse que as denúncias mais graves, apontavam o INCRA como um agente gerador de conflitos em Campos Novos, e, nem conseguia resolver a questão dos assentamentos no âmbito da Reforma Agrária gerava uma série de situações desagradáveis para moradores da região. Disse que após profundo debate sobre os problemas do trabalhador rural, foi elaborado um documento, com cotação de nomes e, seria apresentando tal documento ao Prefeito, falando ainda o cidadão que o Executivo podia e devia usar o seu poder para bucar respostas que os trabalhadores rurais não conseguiam do INCRA, que já estava desacreditado. Falou de denúncias circulando sobre a venda ilegal de terras, e que constavam no documento já referido, estando inclusive funcionário do INCRA como responsável, por estarem sendo beneficiados economicamente com tal situação. Falou de reportagem publicada em edição do jornal denominado "Jornal Eletrônico", relativa ao assassinato do trabalhador rural, Senhor Edemar, no Angelim, e que inquérito ainda se encontrava em fase de depoimento. Quanto sobre o matéria do jornal referido, disse que o policial da delegacia da Poco, afirmava em declaração que era pública com o seguinte teor: "Os Garibaldi Pátrios de esquerda estão se envolvendo em um conflito que não mais existe na área para esquentar a panela, para jogar fogo político." Analisando que era questionado as declarações do policial, julgando que uma pessoa que estava dentro de um processo de colher depoimentos e fazer investigações não estava autorizado a ir aos meios de comunicação e colocar uma opinião pessoal. Procurando, disse que no segundo fato anterior, o ST estava fazendo uma abordagem na zona rural e, para constatado e fotografado que o bicho do "gritório", Senhor Panels, que nem em Poco São residia, e, que possuía uma fazenda imóvel de Reforma Agrária, colocava os bicos, repetiu, para dentro da casa de uma Senhora. Disse que a trabalhadora denunciava os bicos diretos, e que estava sendo pressionada, a exemplo de outros trabalhadores, que não tinham para onde ir. Pediu a seguir, que o marido da referida Senhora trabalhava na fazenda desse Senhor (sic), fora mordido de cobras e que causava o seu óbito, não tendo sido indenizado em nada, e, que a vítima encontrava ameaçado por tal "gritório", como era comum com relação ao trabalhador rural. Disse que a Comissão de Direitos Humanos não responder ao policial, da mesma forma, solituando o esposo no jornal "Jornal Eletrônico" para esclarecer sobre os fatos, e assim, encerrou sua fala. Não havendo mais o que dizer para falar um dia da situação em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou o presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que

se favorecer a presente Acta, que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, será assinado para que produza seus efeitos legais.

Ata da Sessão Plenária Extraordinária do Plenário Permanente da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 13 de maio do ano de 1993.

As dezenas horas do dia 13 de maio do ano de mil novecentos e noventa e três (1993) sob a Presidência do Senador Mário da Rocha Mendes, com a ausência da Sénhora Secretaria pelo Senador Dirceu Pereira da Silva, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam à chamada nominal, os seguintes Vereadores: Geraldo Silva da Rocha, Adelton Pinto de Andrade, Antônio Pinto de Carvalho Frinche, Luiz Antônio de Melo Pohus e Adelton Roberto Pereira de Souza. Constatada a ausência de "quorum" pelo Senhor Sénior Secretário Senador Dirceu Pereira da Silva, o Senhor Presidente Vereador Mário da Rocha Mendes suspendeu a Sessão por quinze minutos. Recolocados os trabalhos o Senhor Presidente Vereador Mário da Rocha Mendes solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Senador Dirceu Pereira da Silva que procedesse a chamada regimental para a constatação de "quorum". Além disso responderam à chamada nominal os seguintes Vereadores: Geraldo Silva da Rocha, Adelton Pinto de Andrade, Antônio Pinto de Carvalho Frinche, Luiz Antônio de Melo Pohus e Adelton Roberto Pereira de Souza. Não havendo número regimental o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus e parcialmente, mandou que se lavrasse a presente Acta, que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, será assinado para que produza seus efeitos legais.